

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (AA) JOÃO EVANGELISTA DO SACRAMENTO FILHO

**O FORTALECIMENTO DO PODER MARÍTIMO: Influência da Teoria
de Mahan para manter a Proeminência do Brasil em seu Entorno
Estratégico**

Rio de Janeiro

2024

CC (AA) JOÃO EVANGELISTA DO SACRAMENTO FILHO

**FORTALECIMENTO DO PODER MARÍTIMO: Influência da Teoria de
Mahan para manter a Proeminência do Brasil em seu Entorno
Estratégico**

Monografia apresentada à Escola de
Guerra Naval, como requisito parcial para
a conclusão do Curso Superior.

Orientador: CMG (RM1-FN) Alexandre
Ricciardi dos Reis.

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2024

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

Assinatura digital gov.br

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho com amor e gratidão à minha querida esposa Lucinalva Costa e a meu amado filho Davi Evangelista: símbolos de amor profundo.

À minha esposa, pelo amor inabalável, paciência e compreensão demonstrados em todos os momentos dessa jornada. O seu apoio constante foi fundamental para a realização deste trabalho. Sua força e sabedoria me inspiram, diariamente, a ser uma pessoa e um profissional melhor. Agradeço, ainda, seu incetivo na realização desta pesquisa, para a qual tive de abrir mão de sua companhia e de momentos de lazer juntos. Seu carinho, dedicação e cuidado comigo foram imprescindíveis nessa intensa e desafiadora jornada.

Ao meu filho amado, pela afeição, cuja presença ilumina a minha vida e me dá forças para suportar todos os desafios. Saiba que você é meu maior presente e por você enfrento desafios intransponíveis. Que esta dedicação sirva de exemplo para você perseguir seus sonhos com determinação e coragem.

Eles souberam entender que a ausência ocorrida nesse período não modificou a afeição e o amor que tenho por Eles. A ambos, dedico esta monografia com todo o meu amor e gratidão.

Vocês são a minha maior motivação e alegria.

Vocês são minha vida.

AGRADECIMENTOS

A realização desta monografia representa uma etapa importante em minha carreira militar e, por isso, expresso minha gratidão a todos os que contribuíram para que este momento fosse possível.

Inicialmente, agradeço a Deus pela vida, pela saúde e pelas bênçãos alcançadas ao longo da vida e nesta caminhada.

Aos meus Pais, Iraildes e João Evangelista (In memoriam), pelo amor, pelo apoio constante e pela confiança em mim depositada ao longo de minha formação inicial.

Ao meu orientador, CMG (RM1-FN) Alexandre Ricciardi dos Reis, pela atenção, gentileza e pelas observações valiosas durante todo o processo de desenvolvimento desta monografia.

Aos professores que, com sua experiência e empenho, me proporcionaram uma base sólida de aprendizado e de conhecimentos que levarei para a vida.

À CMG (RM1-T) Chiara, ao SO (Ref) Rodrigues e à equipe técnica da EGN pelas dicas, sugestões e apoio técnico fundamentais para a concretização deste trabalho.

Aos colegas e amigos, pela camaradagem, apoio e pelas discussões enriquecedoras que tanto contribuíram para esta empreitada.

Aos senhores Eliana Velasco, Marllon Singh, Erik Siqueira e Victor Vieira que me apoiaram de forma amigável e serena em muitos momentos dessa jornada.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, me apoiaram e me incentivaram ao longo deste trabalho. Assim, a todos, meu muito obrigado.

"Na arena internacional, o poder marítimo é um elemento vital de diplomacia, servindo como um meio de dissuasão e uma demonstração de força pacífica." — Winston Churchill

RESUMO

A relação do Brasil com o mar existe desde o descobrimento da Nação, permeia sua unificação política e independência e está presente na época atual, principalmente nas atividades comerciais, por ser um vetor do desenvolvimento para o País. Nesse contexto, esta pesquisa explora o conceito do Poder Marítimo e analisa a teoria de Alfred Mahan sobre esse conceito. A análise tem como objetivo, por meio de pesquisa bibliográfica documental, entender como o controle dos mares influencia as estratégias geopolíticas e militares das nações e as relações comerciais, destacando a importância do Poder Naval no cenário global atual. Discute a importância dos mares para o fortalecimento das nações e também o Poder Marítimo como um componente crucial na projeção de poder, permitindo que as nações exerçam influência além de suas fronteiras terrestres e garantam suas linhas de comunicação. Examina como os desafios atuais podem conduzir a novas tecnologias para capacitar a Marinha moderna aos desafios futuros em operações de combate e em ações humanitárias, demonstrando a necessidade de adaptação a novas ameaças e oportunidades e reafirmando o papel das Marinhas como pilar da segurança nacional. Analisa a aplicação da teoria mahaniana para evitar os conflitos regionais, enfatizando a importância de uma Marinha poderosa para projetar poder e garantir o controle do mar, como também para evitar contendas regionais. Dessa forma, a pesquisa buscou demonstrar que o Poder Marítimo continua sendo decisivo para a geopolítica global e que o desenvolvimento da Marinha moderna e a aplicação das teorias de Mahan apontam que o controle dos mares permanece essencial para a segurança e para a prosperidade do País, além de contribuir para o Brasil manter a proeminência em seu entorno regional.

Palavras-chave: Poder Marítimo. Projetar poder. Entorno estratégico. Controle dos mares. Proeminência.

ABSTRACT

Brazil's relationship with the sea has existed since the nation's discovery, permeates its political unification and independence and it's present today, especially in commercial activities, as it is a vector of development for the country. In this context, this research explores the concept of Sea Power and analyzes Alfred Mahan's theory on this concept. The analysis aims, through documentary bibliographic research, to understand how the control of maritime influences on the geopolitical and military strategies of nations and on commercial relations, highlighting the importance of Naval Power in the current global scenario. The importance of the seas for strengthening nations is discussed and also the Sea Power as a crucial component in power projection, allowing nations to exert influence beyond their land borders and guarantee their lines of communication. Examine how current challenges can lead to new technologies to enable the modern Navy to meet future challenges in combat operations and humanitarian actions, demonstrating the need to adapt to new threats and opportunities and reaffirming the role of Navies as a pillar of national security. Analyzes the application of Mahanian theory to avoid regional conflicts, emphasizing the importance of a powerful Navy to project power and guarantee control of the sea, as well as to avoid regional conflicts. In this way, the research sought to demonstrate that Maritime Power continues to be decisive in global geopolitics and that the development of the modern Navy and the application of Mahan's theories indicate that sea's control remains essential for the country's security and prosperity, in addition to contribute to Brazil maintaining prominence in its regional environment.

Keywords: Sea Power. Project power. Strategic surroundings. Control of mares. Prominence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	- O Círculo Virtuoso do Poder Marítimo.....	18
FIGURA 2	- Quadro para o Poder Marítimo, segundo Till.....	20
FIGURA 3	- Entorno Estratégico Brasileiro.....	25

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AJB	- Águas Jurisdicionais Brasileiras
ANP	- Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
CAMAS	- Coordenador de Área Marítima do Atlântico Sul
COMPAAz	- Comando de Operações Marítimas e Proteção da Amazônia Azul
COMTOM	- Comandante do Teatro de Operações
CNTN	- Controle Naval do Tráfego Marítimo
DGRM	- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
END	- Estratégia Nacional de Defesa
EUA	- Estados Unidos da América
FA	- Força Armadas
FDM	- Fundamentos Doutrinários da Marinha
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBDN	- Livro Branco de Defesa Nacional
LCM	- Linhas de Comunicações Marítimas
MB	- Marinha do Brasil
MANSUP	- Míssil Antinavio Nacional de Superfície
OND	- Objetivos Nacionais de Defesa
OTAN	- Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAEMB	- Plano de Articulação e Equipamentos da Marinha do Brasil
PROSUB	- Programa de Desenvolvimento de Submarinos
PROSUPER	- Programa de Obtenção de Meios de Superfície
PEM	- Plano Estratégico da Marinha
PIB	- Produto Interno Bruto
PMN	- Poder Marítimo e Naval
PN	- Poder Naval
PND	- Política Nacional de Defesa
SISTRAN	- Sistema de Informação de Tráfego Marítimo
VTS	- <i>Vessel Traffic Service</i>
ZEE	- Zona Econômica Exclusiva
ZOPACAS	- Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	O PODER MARÍTIMO.....	14
2.1	A TEORIA DO PODER MARÍTIMO.....	16
2.2	CONTROLE DE ROTAS COMERCIAIS.....	21
2.3	SEGURANÇA NO ENTORNO ESTRATÉGICO.....	24
3	DESENVOLVIMENTO DA MARINHA MODERNA.....	28
3.1	DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS.....	29
3.2	IMPORTÂNCIA DO CONTROLE MARÍTIMO.....	30
4	APLICAÇÃO DA TEORIA DE MAHAN EM CONFLITOS REGIONAIS.....	33
4.1	PROJEÇÃO DE PODER.....	35
4.2	DIPLOMACIA MARÍTIMA.....	36
5	CONCLUSÃO.....	38
6	REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

De imensa proporção, o mar, com suas águas vastas e misteriosas, apresenta não apenas fonte de beleza e de inspiração para o Brasil, mas um dos pilares fundamentais para o seu desenvolvimento econômico, cultural e sócio-ambiental. Desde o tempo das grandes navegações, que culminaram no descobrimento, até os dias atuais, principalmente, o mar tem desempenhado papel vital na história e na identidade brasileira, sendo uma via de comércio, um recurso natural abundante e um cenário de riqueza cultural e de biodiversidade.

Historicamente, o Brasil privilegia a harmonia nas relações entre os Países com os quais mantém relações diplomáticas. Tendo em vista sua representatividade política e econômica entre esses Estados, valoriza a manutenção dessa convivência por favorecer as atividades desenvolvidas, impactando sua projeção no entorno de atenção. Ainda, para a consecução dos interesses nacionais, privilegia sua autonomia, busca a proeminência e contribui para manter a harmonia do entorno estratégico, consolidando o Poder Nacional para atingir aqueles interesses.

Assim, neste trabalho de pesquisa pretende-se demonstrar alguns elementos, como capacidades militares e sistemas de controles e de vigilância, que possibilitam o emprego dual dessas capacidades para evitar contendas multifacetadas, corroborando, dessa forma, a capacidade de atuação do Poder Marítimo em atividades que convirjam para que o Brasil mantenha sua proeminência em seu entorno regional de atenção.

Por sua dimensão, o Brasil ocupa posição privilegiada no Atlântico Sul e isso lhe confere importante influência geopolítica e econômica na região, especialmente, no que diz respeito à segurança, à exploração de recursos naturais e ao comércio marítimo. Essa inclinação marítima, consagrada por possuir costa extensa e propícia às atividades marítimas, crescimento do comércio marítimo e por acolher extenso manancial de recursos naturais submersos, exige que seja direcionada atenção e planejamento estratégico proporcional à intenção do País em projetar poder em seu entorno, para gerar efeitos dissuasórios capazes de inibir ações de agressores potenciais. Dessa forma, nesta pesquisa visa-se demonstrar como a estratégia marítima, segundo a teoria de Mahan (1840-1914), pode ajudar a manter a Nação

como protagonista no Atlântico Sul e conduzir o Brasil ao fortalecimento estratégico naval, visando manter destaque em seu entorno estratégico no século XXI, período de ameaças cada vez mais diversas e complexas.

Assim, é justamente sobre a estratégia marítima que se volta a atenção. O estudo que se inicia pretende demonstrar de que maneira a Teoria de Alfred Mahan pode impactar a estratégia naval para ajudar o Brasil a manter a liderança em seu entorno estratégico, descrever como essa teoria pode fortalecer o Poder Marítimo e discriminar como os aspectos dessa teoria, quando aplicados, podem evitar conflitos regionais. Isso, considerando que o Atlântico Sul, apesar da distância do Atlântico Norte, que é palco de conflitos internacionais, tem despertado atenção de grandes potências por possuir enormes mananciais naturais, cuja disponibilidade pode gerar contendas entre Estados que querem usurpar esses recursos naturais desejados.

Para alcançar tais objetivos, pretende-se desenvolver uma pesquisa descritiva, buscando analisar a estratégia marítima, segundo a Teoria de Alfred Mahan. Dessa forma, será realizada pesquisa bibliográfica que abrangerá autores como Almeida (2009), Caminha (1980) e Violante (2015), que abordaram essa teoria, seus pressupostos, benefícios e implicações. Será realizada também pesquisa documental, buscando embasamento teórico em escritos oficiais como a Política Nacional de Defesa (PND) e publicações militares como Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040) e Fundamentos Doutrinários da Marinha (FDM).

Com relação ao escopo da pesquisa, pretende-se responder à seguinte questão: a Teoria de Alfred Mahan pode ajudar o Brasil a manter a liderança em seu entorno estratégico no século XXI? E, em paralelo, levantar dados para embasar as respostas a: como essa teoria pode impactar o Poder Marítimo? a teoria pode ser aplicada para evitar conflitos regionais?

Na época atual, incrementam-se a harmonia e a interdependência entre os Estados, entretanto, no cenário internacional, as ameaças convencionais e assimétricas dirigem às Marinhas a preocupação em se preparar para enfrentar esses desafios potenciais de forma robusta e dual, possibilitando atuação militar precisa, por meio do Poder Naval, e conduzindo, por outro lado, ação de presença e dissuasória, por meio da diplomacia naval.

Assim, a pesquisa foi estruturada em cinco capítulos, sendo esta introdução o primeiro.

No segundo capítulo, serão abordadas considerações acerca do Poder Marítimo e sua teoria, conceitos relevantes, a importância das rotas comerciais para o Brasil, a preocupação de manter o funcionamento e o controle dessas rotas, por representar benefícios para o País, e a segurança do entorno estratégico do Brasil para o aspecto regional e global, com o foco na importância desse espaço para o comércio da Nação e na projeção de poder nessa região, visto que é um dos objetivos do País.

No terceiro capítulo, trata-se da análise de projetos que podem fortalecer a segurança e a vigilância de áreas sensíveis e de meios navais, da preocupação com os meios, dos desafios contemporâneos e como eles podem potencializar a capacitação da Marinha para o futuro. Além disso, relata-se a importância do controle marítimo para o Estado, visto que a atuação nessa área traz duplo benefício ao País: segurança para as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) e proteção para as rotas comerciais que cruzam a Nação e escoam o comércio marítimo brasileiro, imprescindível para o crescimento do País.

Em seguida, no quarto capítulo, reflete-se sobre a abordagem da Teoria de Mahan como elemento para harmonizar conflitos regionais e proteger as Linhas de Comunicações Marítimas (LCM), por onde passa o comércio marítimo brasileiro. Aborda-se ainda a projeção de poder nessa área de importante interesse para o Brasil e como a diplomacia marítima pode contribuir para harmonizar e para fortalecer a posição estratégica do Brasil em seu entorno regional.

Por derradeiro, no quinto capítulo, está estruturada a conclusão, levando em consideração que o poder marítimo continua sendo decisivo na geopolítica global e que é primordial para projetar poder no entorno estratégico.

2 O PODER MARÍTIMO

O Brasil é um País marítimo por natureza. Desde o descobrimento, colonização inicial e povoamento, cujos processos ocorreram devido à vocação marítima portuguesa (Vidigal, *et al*, 2006), o País apresenta intrínseca relação com o

mar, que molda sua identidade cultural, econômica e ambiental. Essa relação pode ser evidenciada no dimensionamento de sua vasta costa, sendo esta propícia às atividades marítimas, destacando-se nesse seguimento as atividades ligadas ao comércio e ao turismo, fundamentais para o crescimento da Nação, e na tendência potencial ao crescimento dessas atividades marítimas. Nesse sentido, com vista a manter a proteção e agir com função dual, ao abranger tanto o aspecto produtivo-econômico quanto o aspecto dissuasório-militar, como registra Brasil (2020), o Poder Marítimo legitima e dá suporte necessário às atividades ligadas a esses aspectos, sendo esse poder a “resultante da integração dos recursos de que dispõe o País para a utilização do mar e das águas interiores, como instrumento de ação política e militar e como fator de desenvolvimento econômico e social para alcançar os objetivos da Nação”(Brasil, 2020).

Assim, o Poder Marítimo refere-se à capacidade que tem a nação de usar oceanos, mares e águas interiores para alcançar e defender seus interesses econômicos, políticos e militares, envolvendo os recursos estratégicos para proteger as fronteiras, garantir a segurança marítima, controlar rotas comerciais e responder a ameaças potenciais. Refere-se também à capacidade de um País de exercer influência e controle sobre os mares, oceanos e vias interiores, utilizando sua Força Naval e recursos marítimos para proteger os interesses nacionais e para influenciar decisões e políticas internacionais relacionadas ao mar ou que afetam diretamente esse manancial.

Nesse sentido, assevera-se que o Poder Marítimo é primordial para a segurança nacional, para o desenvolvimento econômico e para o crescimento do País, influenciando, sobremaneira, as relações internacionais, a estabilidade regional e global e o cenário internacional no qual estão assentadas as grandes potências.

Dessa forma, serão abordados neste capítulo aspectos relacionados ao surgimento da Teoria do Poder Marítimo, o controle das rotas comerciais e sua importância para o comércio brasileiro, a segurança do entorno estratégico, como também as implicações dessa segurança para o Brasil, em sua posição de proeminência regional.

2.1 A TEORIA DO PODER MARÍTIMO

Desde os tempos remotos, as civilizações perceberam a importância dos mares como elemento facilitador para as vias de comunicação e do comércio. O mar, que a princípio era cercado de mistérios pelos povos antigos por conta do desconhecimento do que poderia aparecer se se aventurassem nos oceanos e pelo temor de encontrar ou serem surpreendidos por algo que lhes pudesse dar fim, passou a ser o caminho, a despeito do que ocorreu por terra, mais atrativo para as rotas de comércio e para as vias de comunicação.

Essa mudança ocorreu à medida que aqueles povos, movidos pela necessidade de alimentos, inicialmente, deixavam os mistérios que cercavam aquelas investidas e buscavam, à mercê do desconhecido, encontrar alimentos para as famílias e para a comunidade. Essas tentativas foram analisadas e os conhecimentos adquiridos serviam para direcionar novas empreitadas, como também para motivar outras buscas. A essa altura, tudo que era feito, mesmo as reflexões do que poderia não ter resultado positivo, era assimilado e usado para impulsionar novos e mais longos períodos no mar, agora, com algum conhecimento e mais preparos, em relação às tentativas iniciais, mas ainda com técnicas rudimentares.

Assim, ao buscar por mais alimentos, recursos e, pela consequência de excedente desses, o comércio e sua expansão, como também, posteriormente, a sua exploração foram decorrentes daquelas investidas, cujos resultados levaram aqueles povos a reconhecerem a importância do mar como fonte de sustento, comércio, exploração, defesa, além de agregar significado cultural e moldar, sistematicamente, consciência e visões da necessidade de conhecer e de dominar, em profundidade, as técnicas e tudo que se referisse ao mar.

Nesse sentido, “já no século XIX, o estrategista Alfred Mahan (1840 – 1914) lança as bases para o que seria a complexa e fascinante Teoria do Poder Marítimo ao interpretar a história européia e norte-americana e também a história naval da era moderna, consolidando os fatos sob a ótica do poder marítimo e dos embates para garantir o controle dos mares, tendo por influência os conceitos estratégicos de

Jomini, principal teórico militar da primeira metade do século XIX” (Violante, 2015 e Zampieri, 2020).

Segundo Costa (2021), “como evidenciado por Almeida (2009), para demonstrar a importância que o poder marítimo assumiu na história”, os estudos de Mahan (1890) pautaram-se “na análise dos acontecimentos históricos, tanto os exclusivamente navais como os terrestres, a partir de sua experiência de guerra, investigada sob o olhar crítico”. Ainda nessa análise, “a partir do papel que o mar desempenhou na história da humanidade, Mahan definiu-o como uma grande via de comunicação, como uma grande estrada, um amplo espaço comum, completamente transitável, atravessado por rotas comerciais, cujo controle e uso são de fundamental importância”.

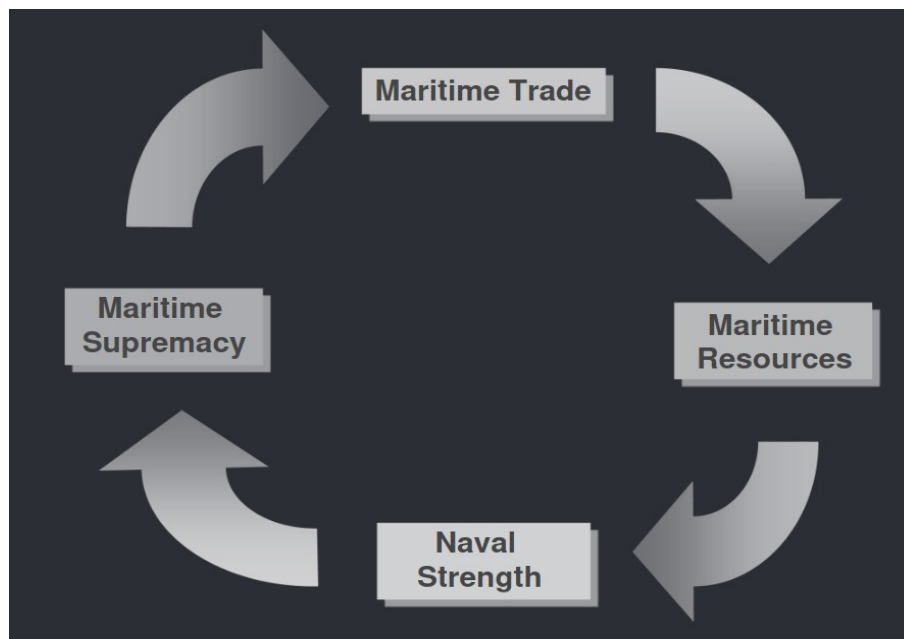
Considerando que a extensão do comércio marítimo de um país está intimamente relacionada com a força naval desse país, entender essa componente do poder marítimo e o conjunto formado pelos aspectos associados, aqui incluídos a frota de navios, os marinheiros, os portos e os itens a eles ligados, pode contribuir, diretamente, para o poder naval, como também as atitudes sociais e a infraestrutura financeira que os acompanha, nesse caso, fazendo-o indiretamente. Essa situação cria vetor de apoio recíproco entre comércio marítimo e as marinhas, sendo que as marinhas proporcionam as condições para que o comércio possa florescer, facilitando assim, um comércio mais vantajoso, que dará origem ao que Till chamou de Ciclo Virtuoso do Poder Marítimo (Till, 2023), corroborando, dessa forma, a harmonia que deve existir entre poder marítimo e comércio marítimo.

Ainda nesse sentido, como se vê em Till (2023), a capacidade de controlar o mar por meio da operação de marinhas eficazes configura-se importante fonte de poder militar e influência estratégica, além de permitir que os interesses comerciais do adversário sejam negados e os interesses de quem controla o mar sejam defendidos e expandidos. Isso demonstra a ligação direta e interesses que se complementam entre marinhas e comércio marítimo, na medida que um protege ou intensifica o outro.

Como pode ser observado na figura a seguir, o comércio marítimo para ocorrer plenamente requer segurança marítima específica e capacidade de defesa do Estado, por meio do Poder Naval, para defender e garantir os ativos dessa

atividade. Por meio de estratégia eficaz do poder naval e direcionada às atividades relacionadas ao mar ocorre a garantia e a defesa do comércio marítimo, gerando assim a supremacia marítima que, inevitavelmente, dará força e seguimento ao comércio marítimo em uma nova dimensão, demonstrando, dessa forma o entrelaçamento dos componentes do Círculo Virtuoso do Poder Marítimo cunhado por Till (2023).

Figura 1 – O Círculo Virtuoso do Poder Marítimo.



Fonte: Till, 2023.

Com efeito, como registra Violante (2015), Mahan “tinha como objetivos centrais de sua teoria: I – demonstrar a importância que o mar tinha para o desenvolvimento das nações; II - compreender os princípios que governavam a guerra do mar desde a antiguidade; e III – despertar na classe política dos EUA a centralidade das políticas navais para o seu desenvolvimento, tendo utilizado como métodos para isso: a) o estudo da História como ferramenta; b) a introspecção como início de sistematização teórica; c) a analogia entre guerra terrestre e guerra naval; e d) o exemplo da Grã-Bretanha” (Violante, 2015). Tais objetivos foram identificados a partir da análise de fatos da história naval e terrestre para juntar, alicerçadamente, os elementos que iriam servir de instrumentos para alcançar e manter o predomínio marítimo do Estado.

Ainda, dentro da abordagem dos objetivos centrais, destaca-se que, para Mahan, poder marítimo e poder naval são distintos e assim devem ser concebidos.

Sobre esse aspecto, como aponta Violante (2015), o poder naval manifesta-se como poder especificamente militar, ao passo que o poder marítimo se caracteriza pela capacidade política, econômica e militar de uma Nação usar o mar. Ainda, como demonstrado por Violante, “o termo naval relaciona-se aos aspectos militares da estratégia, é a capacidade militar de um país de usar sua força naval para defender seus interesses. Já o termo marítimo, relaciona-se aos aspectos econômicos, geográficos e psicossociais, é a capacidade de um país de usar os mares para promover seus interesses nacionais, abrangendo uma variedade de atividades econômicas, políticas e militares” (Violante, 2015).

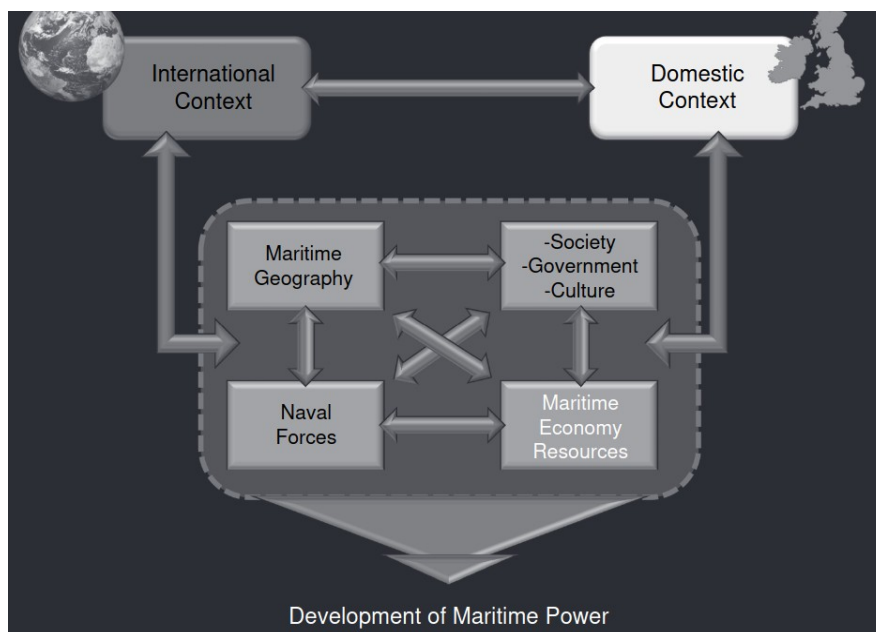
Considerando essa relevância para Mahan, é importante salientar que o poder naval forte, composto por aparato militar eficaz e eficiente, capaz de operar e de se locomover com facilidade e a longas distâncias, era fundamental para, ao mesmo tempo, impor ao oponente o bloqueio do mar, visto que as linhas comerciais seriam interrompidas, e permitir ao país que defende os interesses marítimos a continuidade de suas operações no mar, de forma ampla, mantendo as LCM sem qualquer impedimento ou contenda externa, ou seja, mantendo o domínio do mar. Frisa-se que para Mahan (1890) era fundamental a supremacia naval e que a função das marinhas era exercer o controle do mar a partir de seu completo domínio (Violante, 2015).

Registra Violante (2015), como corolário de seu pensamento, Mahan (1890) elencou seis aspectos geopolíticos que são a base da teoria mahaniana: a) Posição Geográfica – Localização privilegiada de um país que detém estímulos naturais, principalmente rios extensos e baías com posicionamento privilegiado. Essa situação seria o diferencial que poderia favorecer o comércio marítimo (Violante, 2015); b) Conformação Física – Condições geográficas internas que tem o país de influenciar o desempenho naval, por exemplo reentrância da costa, geografia benéfica e unidade territorial (Violante, 2015); e c) Extensão do Território – Esse aspecto deveria ser proporcional à população do Estado, visto que costa extensa poderia dificultar o poder marítimo, além de ser um obstáculo à sua própria defesa, mas também facilitaria o fornecimento de matérias-primas para a ação no mar (Violante, 2015).

Nesse contexto, como observado por Violante (2015), ainda fazem parte da base do pensamento mahaniano: 1) Tamanho da População – Essa condição facilitaria material humano para o setor econômico e militar e para favorecer a existência de reservas para suprir baixas diversas. Além disso, daria vantagem comparativa relacionada à capacidade científica e tecnológica que tenderia a impactar o poder político, econômico e militar (Violante, 2015); 2) Caráter da População – Por esse pressuposto, quanto mais a população estiver ligada ao comércio mais estará inclinada a ganhos materiais fora das fronteiras do Estado, incentivando o poder marítimo e naval (Violante, 2015); e 3) Caráter do Governo – Pressuposto que canaliza a política para levar o governo a fomentar o poder naval como principal preocupação. Na paz, favoreceria o desenvolvimento econômico e, em tempo de guerra, a implantação de navios e de marinheiros seria rápida e suficiente, já que a marinha estaria logisticamente pronta (Violante, 2015).

Fica evidente a preocupação de Till (2023) em listar e relacionar os elementos que ele mesmo julgou importantes para desenvolver o poder marítimo, em comparação aos itens que Mahan configurou, asseverando que alguns daqueles elementos estão intrinsecamente ligados ou relacionados a ponto de um ou alguns deles serem aglutinados ou, ao mesmo tempo, impactarem da mesma forma a população ou os governantes, sem que seja feita a distinção, naquele momento, de qual elemento impactou a decisão, como mostra a figura a seguir.

Figura 2 – Quadro para o Poder Marítimo, segundo Till. Fonte:



Till, 2023.

Como relata Till (2023), ao sintetizar os elementos do poder marítimo, Mahan deixou evidenciado que todos esses aspectos estavam intimamente ligados e, por meio deles, teceu as bases para sustentar que o desenvolvimento da economia da nação, as disponibilidades de recursos suficientes e a existência de forças navais eficazes, considerando que a capacidade de melhorar esses componentes do poder marítimo, ou pelo menos de manter, tanto quanto possível, é fundamental para o desenvolvimento geral do País.

Mahan (1890), após exaustiva análise fundamentada, fez releitura da história europeia e norte-americana e da história naval da era moderna, interpretando aqueles fatos, relacionando-os com o desenvolvimento do comércio marítimo e com o fortalecimento do poder naval; mostrou como um poderia favorecer ou impactar o outro, considerando ainda que para isso seria necessário um conjunto de fatores físicos-geográficos e antropológicos que, juntos, poderiam levar a nação ao desenvolvimento substancial, cujo progresso seria mantido à medida que o governo incentivasse esse papel junto aos comerciantes e garantisse o poder naval para proteger, manter o controle do mar e assegurar essa ascensão. Apesar dessa teoria ter sido criada no século XIX, ocasião em que não se falava em globalização, não existiam os avanços impostos pelas tecnologias modernas e não se cogitava sobre crescimento substancial da população nem sobre comércio mundial, ela repercute nos dias atuais e influencia os países que têm e procuram manter a proeminência do poder marítimo além de suas fronteiras, pacificando, hoje, a visão futurista e estratégica de Mahan, naquela época.

2.2 CONTROLE DE ROTAS COMERCIAIS

O Brasil sempre teve ligação estrita com o mar. Em toda a sua história, o Oceano Atlântico perdura como uma das áreas de seu interesse, no que se refere, principalmente, ao comércio marítimo. Com sua extensa costa atlântica e vasto território marítimo, desempenha papel crucial no contexto do poder marítimo global. Esse poder se manifesta não apenas pela sua capacidade de projeção naval e

defesa costeira, mas também pela influência que exerce sobre as rotas comerciais que cruzam as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) – (Brasil, 2023), cuja proteção e controle manifestam-se com grande importância para a consolidação do comércio por meio do mar.

Atualmente, para manter as LCM, o Brasil e a Marinha Brasileira dedicam esforços também à exploração e ao aproveitamento dos recursos do mar, entendendo esses os vivos e os não vivos; aos levantamentos e pesquisas científicas; aos interesses de defesa e de segurança regionais, nesse sentido, ao fortalecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS); e à exploração científica na Antártica (Brasil, 2023), visto que são essenciais para o comércio global, permitindo o transporte de mercadorias e de matérias-primas, além de influenciar questões geopolíticas e estratégicas.

Essas rotas comerciais desempenham papel vital na economia do Brasil e na economia global, conectando regiões, países e continentes e facilitando o comércio internacional. Para o Brasil, situado em posição estratégica entre a América do Sul, América do Norte, Europa e Ásia, o controle eficiente dessas rotas é crucial, não apenas para o comércio próprio, mas também para a sua projeção de influência regional e global. Ademais, as águas interiores, representadas, em especial, pelas bacias Amazônica e do Paraguai-Paraná, pela relevância nos campos econômico e militar, continuarão a exigir da Marinha a ação de presença, vigilância e dedicação permanentes, visando à proteção dos interesses brasileiros nessas regiões (Brasil, 2023).

Dentre os pontos importantes que merecem destaque para a proteção dessas rotas, citam-se: a) Conectividade Global – permitir o transporte de mercadorias em grande escala, conectando países e continentes, consolidando parcela considerada do comércio exterior do País realizado por via marítima, tornando essas rotas essenciais para a economia (Abdenur e Souza Neto, 2014); b) Custo-efetividade – O modal marítimo é mais barato em relação a outros modais de transportes, especialmente para mercadorias volumosas. Isso ajudar a reduzir os custos dos produtos e aumentar a competitividade nos mercados nacionais e internacionais. Como registrado por Silva (2014), a exportação de “*commodities*”, especialmente da América Latina para a China e para os países desenvolvidos e, do mesmo modo, a

importação de bens chineses para essa região, estão reconfigurando o transporte pelo mar, deixando a relação custo X efetividade mais benéfica para os envolvidos;

c) Acesso a Mercados – Conforme aponta Silva (2014), pertencem ao Brasil extensa área de valor estratégico para o comércio externo brasileiro. Essas rotas comerciais facilitam o acesso a mercado distantes, permitindo que países exportem e importem bens que não estão disponíveis localmente. Isso é vital para economias que dependem de importações ou que possuem grandes volumes de exportações (Brasil, 2020).

Ressalta-se que há outros pontos que, pela importância apresentada, também merecem atenção: 1) Importância Geográfica – Algumas rotas marítimas passam por áreas estrategicamente importantes, como Cabo Horn, Canal de Suez e o Canal do Panamá. O controle dessas rotas pode dar ao país vantagem política significativa, além de ser um ponto de possível conflito ou de cooperação internacional entre Estados, conforme indica Figueiredo (2015); 2) Segurança Energética – Muitas dessas rotas comerciais são usadas para segurança energética de muitos países. A interrupção dessas rotas pode gerar graves consequências econômicas e de segurança, de acordo com a ANP (2021); 3) Desenvolvimento de Infraestruturas – O comércio marítimo impulsiona o desenvolvimento de infraestruturas portuárias e logísticas. Portos eficientes e bem equipados para a gestão de fluxos de carga, impacta o desenvolvimento de atividades marítimas, melhorando a economia local e nacional, como aponta Baroncini (2020); e 4) Resiliência e Diversificação – A existência de múltiplas rotas comerciais marítimas permite a diversificação e resiliência do comércio global. Em caso de bloqueio ou interrupção de uma rota, outras podem ser utilizadas para garantir a continuidade do comércio, como registrado em Brasil (2013).

Assim, considerando a importância e o impacto positivo que as rotas comerciais oferecem aos Estados marítimos que as mantêm, a proteção e o controle dessas rotas são essenciais para o comércio marítimo e para a economia global. Nesse contexto, as rotas comerciais são vitais para a manutenção e crescimento da economia global, conectividade entre mercados, segurança energética, desenvolvimento de infraestruturas portuárias e logísticas e a gestão eficaz dessas rotas é essencial para a estabilidade econômica e política mundial, além de ser um

ponto considerado de larga importância para o Brasil, que visa à projeção e proeminência em seu entorno de localização geopolítica, e por contribuir para a segurança e prosperidade do comércio marítimo internacional.

2.3 SEGURANÇA NO ENTORNO ESTRATÉGICO

A segurança no entorno estratégico do Brasil é de importância vital para a estabilidade e prosperidade do País. Situado na América do Sul, com extensa costa atlântica de aproximadamente 7.500 Km, cerca de 5.7 km² e por volta de 60.000 Km de hidrovias (Brasil, 2020), o Brasil possui posição geográfica privilegiada que o coloca em posição central no Atlântico Sul. Essa vasta área marítima e fluvial é rica em recursos naturais e possui rotas comerciais cruciais que conectam o Brasil ao mundo. Dada a importância dessas águas para a segurança nacional e para o desenvolvimento econômico, a manutenção e o fortalecimento do poder marítimo são essenciais.

Em relação ao entorno de localização, o Brasil, país pacífico por natureza, segundo a PND, privilegia a paz e defende as negociações para a solução de controvérsias entre os Estados. O decorrer da História atesta essa postura e justifica seu posicionamento nas relações exteriores. Não obstante a isso, conforme se verifica em Brasil (2020), é essencial que o País dedique contínua atenção à sua defesa, haja vista a condição sistemática de instabilidade dos relacionamentos entre os países e a emergência de ameaças no cenário internacional (Brasil, 2020).

Ao considerar a necessidade de projetar poder no entorno estratégico do Brasil, convém traçar a limitação geográfica desse entorno. Assim, segundo Brasil (2020), com vistas ao definido na PND, destaca-se que a Política Naval de Defesa atribui prioridade ao Atlântico Sul, compreendido pelos limites geoestratégicos: ao Norte, o paralelo 16º N; ao Sul, o Continente Antártico; a Leste, pelo litoral da África Ocidental; e Oeste, pela América do Sul. O limite de 16º N tem a intenção de englobar três áreas importantes: a que abrange os espaços entre os salientes nordestino e o ocidental africano, a que insere o mar do Caribe e a que contém o litoral brasileiro do hemisfério Norte.

Adicionalmente, a END registra e estabelece como área de destaque marítimo que merece atenção especial, sob o ponto de vista da necessidade de controlar o acesso marítimo, a faixa entre Santos-SP e Vitória-ES e a área marítima em torno da foz do Rio Amazonas. Também merece destaque, no lado brasileiro do Atlântico Sul, uma grande área marítima sob jurisdição nacional, a Amazônia Azul (Brasil, 2020), ecossistema de área comparável à Amazônia territorial brasileira e de vital importância para o País, na medida em que incorpora elevado potencial de recursos vivos e não vivos, entre eles, as maiores reservas de petróleo e gás do País.

Figura 3 – Entorno Estratégico Brasileiro.



Fonte: Plano Estratégico da Marinha, 2020.

Ainda, no sentido da proteção, a PND expressa os objetivos a serem alcançados com vistas a assegurar a Defesa Nacional, entendida como um conjunto de atitudes e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território nacional, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (Brasil, 2020). Assim, a PND impacta a percepção de Segurança Nacional, diretamente, e a segurança do entorno estratégico, indiretamente, entendida como a condição que permite a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos interesses nacionais, a despeito de pressões e ameaças diversas, e a garantia aos cidadãos do

exercício dos direitos e deveres constitucionais (Brasil, 2012), alcançando ações inéditas a serem desenvolvidas pelo Brasil para estender a segurança e seus aspectos relacionados ao entorno estratégico do País.

Em relação à segurança posicional, a defesa do País é indissociável de seu desenvolvimento, na medida em que depende das capacidades instaladas, ao mesmo tempo em que contribui para o aproveitamento e manutenção das potencialidades nacionais e para o aprimoramento de todos os recursos de que o dispõe o Estado Brasileiro (Brasil, 2020), dotando esses recursos da proteção necessária para que sejam transformados em vetores do progresso econômico e social para o País.

No contexto do ambiente interno, verifica-se que a condição pacífica do Brasil, tradicionalmente, valoriza e promove relações harmoniosas entre os Estados. Essa posição gera para a população a sensação errônea de que o Brasil não possui ameaças externas nem antagonismos. Em paralelo a essa condição, a História registra a falta de percepção dos dirigentes e da sociedade brasileira sobre as ameaças do País no período entre guerras, conforme registra Brasil (Brasil, 2020). Esse mesmo pensamento permanece atualmente na população. Entretanto, a História também demonstra que relações de força desempenham papel relevante na interação entre Estados, fazendo crescer a necessidade de os Países desenvolverem a proteção interna e a preparação de suas Forças para enfrentar antagonismos potenciais, inclusive em nações pacíficas.

Ao analisar a presença abundante de elementos naturais, de elementos energéticos e a posição geográfica em que se encontra na América do Sul, o Brasil é colocado em situação de cobiça no cenário internacional. A robusta capacidade de fornecer recursos naturais como “*commodities*”, a quantidade de reservas de recursos energéticos como petróleo e gás do pré-sal, a alta concentração de água doce do planeta e a elevada biodiversidade, todas elas questões de elevada importância ambiental e política, colocam o Brasil e seu entorno estratégico em situação de vitrine para Estados adversos. Potências que, por não possuírem esses mananciais ou por possuírem em quantidades limitadas, veem nessa região possibilidade para buscarem esses recursos, podendo fazê-lo por meios não convencionais, gerando um campo fértil para conflitos em geral, situação que leva o

País a despertar para a necessidade de proteger seus mananciais de recursos e, em consequência direta, seu entorno estratégico, laçando, assim, influência implícita aos países que compõem o entorno de localização.

Ademais, reitera-se que o Atlântico Sul não está inserido no foco de disputas marítimas internacionais, essa condição cabe ao Atlântico Norte. Entretanto, no decorrer das últimas décadas, essa área vem demonstrando relevância geopolítica por dois pontos importantes: 1) por ser alternativa às LCM, em virtude do esgotamento do Canal do Panamá e do Canal de Suez; e 2) pela descoberta recente de recursos vivos e não vivos nessa área, que suscitou debates sobre a presença de Estados externos ao oceano, podendo gerar problemas de insegurança e de paz na região (Ruks, 2014). Nota-se também, ainda nesse contexto, que grandes potências veem atuando fortemente nesse oceano, tendo intensificado essa atuação após as descobertas de petróleo e gás nessa região.

A atuação comentada pode ser vista com o controle das pequenas Ilhas do Atlântico Sul pelo Reino Unido e pela reativação da IV Frota Naval dos EUA em 2008, ocasionada pela descoberta das reservas de petróleo no litoral brasileiro (Guimarães, 2016; Carvalho, Nunes, 2013). Além disso, houve aumento significativo da presença chinesa no comércio marítimo. Somado a isso, a presença na América do Sul e África, faz com que a China detenha maior poder de barganha em relação às questões do oceano (Carvalho, Nunes, 2013). Tal situação desperta a necessidade do Brasil em reforçar sua influência e aumentar sua projeção internacional com atuação imediata no seu entorno estratégico regional, incluindo questões de segurança e de defesa para pacificar sua posição de líder na área de localização.

A segurança no entorno estratégico do Brasil, dentro do contexto do poder marítimo, é uma questão de importância vital para a estabilidade, prosperidade e desenvolvimento do País. A vasta costa atlântica do Brasil, rica em recursos naturais e repleta de rotas comerciais cruciais, exige uma abordagem robusta e coordenada com Forças e Instituições afins para garantir sua proteção e segurança. Assim, a implementação de medidas ponderadas requer abordagem integrada, envolvendo as Forças Singulares do Brasil, agências governamentais e parcerias internacionais para responder a novos desafios e ameaças emergentes, garantindo a segurança

necessária nessa região. Ao concretizar essa proteção, ocorrerá, em paralelo, a projeção do País às áreas de seu entorno estratégico, formando um cinturão de proteção que concretizará o Brasil como membro maior de influência econômica, robustecendo a capacidade dissuasória e de projetar-se como País líder do Atlântico Sul e de sua área de atuação regional.

3 DESENVOLVIMENTO DA MARINHA MODERNA

A relação do Brasil com o mar é diversa, influenciando vários aspectos da vida do País. Como registrado pelo Almirante Olsen¹ (2024), o Brasil resulta e tem delineado seu destino numa íntima e indissociável relação com o mar. Trajetória que se revela não apenas pela extensa jurisdição que abarca, mas também pela diligente organização com que se empenha na proteção, preservação e gerenciamento de imponderáveis recursos. Com isso, a existência incontestada do manancial natural no mar brasileiro e a presença de rotas comerciais importantes para o País e seu entorno respaldam e incentivam a existência da Marinha como organização capaz de enfrentar os desafios hodiernos e assegurar que permaneça como pilar fundamental da soberania e da segurança do País, isso, prioritariamente, nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (Olsen, 2024), demonstrando a aproximação direta e a intrínseca relação do mar e sua imensidão com o Brasil.

Nesse contexto, serão abordadas neste capítulo a preocupação da Marinha do Brasil com projetos que visam manter a preparação constante e adequada para se contrapor às novas ameaças, a análise de desafios contemporâneos para que sejam traçadas ações contínuas de inovação para mitigar desafios futuros e a análise do controle marítimo, que impacta, diretamente, a segurança e proteção das AJB e manutenção do comércio marítimo brasileiro, fator crucial para o progresso do País.

A Marinha do Brasil tem, nesse sentido, um grande número de projetos ativos e planejados, sob os planos de modernização das Forças Armadas Brasileiras,

¹ Marcos Sampaio OLSEN é Almirante de Esquadra, Comandante da Marinha. Matéria: Aniversário de criação do Comando da Marinha, publicada no BONO Especial Geral nº 681, datado de 29 de julho de 2024.

definidas no Livro Branco da Defesa Nacional (Brasil, 2012). A partir de 2010, o Brasil iniciou uma mudança radical na sua política militar, com o objetivo de se consolidar como a maior potência da América Latina. Então, os estrategistas militares do país viram a grande importância na modernização da Marinha, tanto no plano global como na projeção e dissuasão contra possíveis ameaças aos interesses nacionais por potências estrangeiras (Brasil, 2020).

Dessa forma, desenvolver sistemas de proteção e implementar projetos que visam a potencializar as ações da Marinha é uma forma de preparar a Instituição e seus componentes para os desafios contemporâneos e para o futuro, com o objetivo de reduzir o impacto e de evitar situações adversas de potências consagradas.

3.1 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

O fortalecimento do Poder Marítimo é crucial para o Brasil, dado seu vasto litoral e a importância econômica das áreas marítimas adjacentes, conhecidas como Amazônia Azul. Nesse sentido, o País e a Marinha brasileira enfrentam desafios contemporâneos significativos. Como registrado por Brasil (2020), para manter a proeminência em seu entorno estratégico, especialmente no Atlântico Sul, onde se concentra grande parte das rotas comerciais, recursos naturais essenciais, como petróleo e gás, e infraestruturas críticas à Nação exige-se uma Marinha moderna e bem equipada, atenção estratégica e inovação contínua.

Nessa linha de atenção, um dos principais desafios é a necessidade de modernização material da Força Naval. Nesse contexto, impulsionada por mudanças tecnológicas, geopolíticas e ambientais, como aponta Brasil (2020), a Marinha precisa equilibrar a substituição de unidades antigas por novas com tecnologias recentes incorporadas, como submarinos convencionais e nucleares, e incorporar outros meios multifuncionais e sistemas de vigilância mais complexos. Ainda nessa direção, a construção do Submarino Nuclear Álvaro Alberto é um passo importante para mitigar fragilidades estratégicas, visto que aumentará a capacidade de dissuasão e a projeção de poder no entorno estratégico do Estado.

Como registra Brasil (2012), as mudanças climáticas, a transição energética, o ciberespaço e as dinâmicas de competição no sistema internacional são alguns

dos fatores que moldam os desafios contemporâneos enfrentados pela Marinha. A negação ao uso do mar não se faz hoje apenas pelos meios navais, mas também por meio de outros dispositivos como drones, mísseis e ataques aéreos. O Poder Naval precisa ser pensado dentro da política nacional, observando que, devido à complexidade do cenário atual, as relações dos atores variam entre cooperação e competição (Brasil, 2012).

Assim, para superar esses desafios, as marinhas modernas devem adotar abordagens inovadoras, investir em pesquisa e desenvolvimento, e fortalecer a cooperação internacional. Além disso, a implementação de políticas eficazes de defesa e uma gestão eficiente de recursos são fundamentais para assegurar que as marinhas possam desempenhar seu papel crucial na proteção dos interesses nacionais, incluindo o controle marítimo, e na promoção da estabilidade regional e global.

3.2 IMPORTÂNCIA DO CONTROLE MARÍTIMO

O transporte marítimo sempre foi a base da economia global e do comércio internacional. Como anuncia Braga (2007), carrega quase 90% das mercadorias em várias regiões e fornece meios de subsistência para várias empresas em quase todos os países do mundo. No entanto, existem fatores que apontam para cuidados necessários no que tange à segurança da navegação. A segurança do tráfego marítimo é uma necessidade estratégica para o Brasil, já que o comércio marítimo representa cerca de 95% de todo o comércio exterior brasileiro, sendo assim, o seu controle reveste-se de grande importância, pois é um instrumento fundamental para minimizar as vulnerabilidades e garantir a segurança no mar (Braga, 2007).

Não há transporte marítimo sem proteção adequada. Nesse sentido, considerando as crescentes rotas marítimas que cruzam o País, como relata Braga (2007) registrado por Costa (2009), a segurança do Transporte Marítimo é uma necessidade estratégica, principalmente para o Brasil e, para se minimizar a vulnerabilidade decorrente dessa necessidade, realiza-se o Controle Naval do Tráfego Marítimo (CNTM) como instrumento fundamental para a garantia dessa segurança. Sem a segurança, o Transporte Marítimo se tornaria uma vulnerabilidade

crítica, podendo até significar o estrangulamento da economia de um Estado (Braga, 2007).

Costa (2009) cita que a história demonstra a importância do Controle Naval do Tráfego Marítimo (CNTM) para o desenvolvimento de um Estado. Ainda, com a globalização e o surgimento de novas ameaças como a pirataria, terrorismo e poluição descontrolada, esse controle torna-se uma exigência operacional, principalmente para o Brasil, que dotado de uma imensa faixa litorânea, enxerga o controle do mar como um fator estratégico primordial para o desenvolvimento, visto que sua economia é dependente do transporte marítimo, por onde é escoado a maior parte do comércio exterior brasileiro. Então, a fim de garantir a soberania no mar, assim como o seu devido controle, deve-se desenvolver cada vez mais o Sistema de Informação de Tráfego Marítimo (SISTRAM), compatibilizando-o com outros sistemas globais e modernizando-o de acordo com o surgimento de novas tecnologias.

Entretanto, não se pode esquecer da doutrina de CNTM, na qual deve-se ter constante atenção junto ao Coordenador da Área Marítima do Atlântico Sul (CAMAS), de modo a buscar sempre a inserção de novos conceitos de CNTM que venham contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento de estratégias voltadas para a segurança do tráfego marítimo. Dessa forma, poderão ser reduzidas as vulnerabilidades do transporte marítimo brasileiro perante as novas ameaças do mundo globalizado (Braga, 2007; Costa, 2009).

A segurança do tráfego marítimo adotada pelo Brasil tem base em dois pontos: o Controle Naval do Tráfego Marítimo e a Proteção do Tráfego Marítimo. O controle relaciona-se com as ações de acompanhamento e orientação, incluindo o conhecimento dos navios mercantes nos portos e seu posicionamento no mar, já a proteção está relacionada com as ações e medidas necessárias para se contrapor às ameaças (Braga, 2007; Costa, 2009).

Mantendo-se nessa linha, para Brasil (2007) e Costa (2009), em situação de crise, a proteção ao tráfego marítimo é de responsabilidade do Comandante do Teatro de Operações (COMTOM) e será executada por uma força naval especificamente designada. As forças navais podem ser utilizadas como escolta para proteção de comboios ou realizando esclarecimento de áreas (Brasil, 2007).

Já as informações do tráfego marítimo no Brasil são de responsabilidade do Comando de Operações Marítimas e Proteção da Amazônia Azul (COMPAAz), que dispõe de um Sistema de Informação sobre Tráfego Marítimo (SISTRAM). O SISTRAM tem como propósito manter o acompanhamento e o monitoramento dos navios mercantes na área de responsabilidade SAR do Brasil, a fim de permitir, em caso de acidente SAR, explorar o grande potencial de salvamento no mar representado pelos navios mercantes que poderão aproximar-se, antes de qualquer meio de salvamento, ao local de um incidente SAR. Esse sistema foi concebido para atendimento às exigências e recomendações emanadas principalmente da Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo (SAR-1979) e da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS-1974), das quais o Brasil foi signatário, como registra Cunha (2006), apontado por Costa (2009).

Atualmente, o serviço de monitoramento através do *Vessel Traffic Service* (VTS), tem sido uma excelente ferramenta no controle marítimo de regiões que oferecem riscos/perigos para navegação. Segundo a Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), o VTS é um sistema usado para garantir a segurança e a eficiência do tráfego de embarcações em águas de território nacional e proteger o ambiente marinho de um estado costeiro, monitorando o tráfego de embarcações e envio de informações, advertências e conselhos ou mesmo instruções, em caso de desenvolvimento de risco ou perigo existente que seja reconhecido por um operador em um centro VTS. Qualquer VTS reconhecido fornece informações marítimas, por transmissão ou conforme solicitado, usando VHF como meio de comunicação principal ou qualquer meio disponível dentro do serviço marítimo móvel de serviço do seu VTS (DGRM, 2018).

Observa-se que as novas ameaças têm uma maior abrangência e apresentam-se em um espectro amplo, no qual as origens e fontes são mais atuantes, impactando a sociedade em vários panoramas. Como relatam Costa (2009) e Machado (2008), é notório que cada Estado possui uma sensação particular de insegurança, diferida, portanto, devido aos diferentes papéis que cada um representa no cenário mundial. Entretanto, reitera-se que o terrorismo é a fonte de ameaça mais ativa que se faz presente em várias partes do globo, não

desconsiderando também as outras ameaças como os crimes transnacionais, a imigração indesejada e ilegal, armas de destruição em massa, pirataria, poluição descontrolada.

Ainda, aponta Till (2006), relatado por Costa (2009), a pirataria, a pesca predatória, a poluição e os crimes e transgressões realizados nos oceanos podem ser considerados como sendo as primeiras ameaças. Nesse sentido, para Braga (2007), a doutrina de CNTM dos países membros da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) considera a pirataria, o terrorismo e a poluição ambiental, como sendo as ameaças de maior probabilidade de ocorrência na atualidade.

Diante disso, desenvolver uma Marinha moderna é essencial para que o Brasil mantenha sua projeção e proeminência em seu entorno estratégico. Assim, considerando que o tráfego e o comércio marítimos são a essência para o desenvolvimento de um Estado, direcionar atenção a equipamentos e sistemas que elevem e robusteçam a segurança marítima e a proteção devida para esse ramo da atividade marítima corroboram a soberania da Nação e impactam o crescimento do País. Nesse contexto, os desafios contemporâneos fornecem os vetores que podem direcionar à Marinha o viés de preparação estratégica adequada para enfrentar, em médio e longo prazos, ameaças convencionas e assimétricas, e o controle marítimo fornece a segurança e a proteção necessárias para os empreendimentos marítimos serem realizados, evitando contendas multifacetadas, em um cenário complexo, cuja ganância de grandes potências pode elevar o desejo de usurpar mananciais e territórios, além das fronteiras legalizadas.

4 APLICAÇÃO DA TEORIA DE MAHAN EM CONFLITOS REGIONAIS

Neste capítulo, serão abordados elementos da teoria de Mahan que podem influenciar os conflitos regionais, corroborando a preservação da harmonia local. Será analisada a projeção de poder marítimo e o controle das LCM para reforçar a ascensão do Brasil no cenário regional e será feita, ainda, a abordagem da diplomacia marítima, fator de crucial importância para fortalecimento do País em sua área de atuação regional.

Com o passar do tempo, aponta Vianna (2016), as marinhas foram percebidas como símbolos do poder e do prestígio dos Estados, decorrente do fato de serem um instrumento político relevante para utilização nas interações entre atores que perseguem e disputam objetivos de segurança e desenvolvimento.

Nessa direção, como analisado por Almeida (2009), Mahan tirou partido dessa realidade, ao registrar o domínio da competição em relação à cooperação entre os Estados nas relações internacionais, além de privilegiar as ligações entre o poder marítimo, o poder nacional e a hegemonia mundial, no quadro da política internacional dos EUA.

Ainda, como registra Almeida (2009) o acesso ao mar, o controle das rotas comerciais e o desenvolvimento dos litorais, são aspectos centrais do pensamento estratégico de Mahan e, nesse contexto, as forças navais se constituem como o instrumento primordial da competição internacional. Esses pontos passam a ser, pela importância, elementos focais de atenção para Estados que desejam o desenvolvimento, como também tornar-se fortes no mar.

Ressalta-se que Vidigal e Almeida (2009) asseveram que para Mahan a extensão do território deveria ser equiparada ao tamanho da população do Estado. Caso essa equiparação não ocorresse, minaria a capacidade do País de manter o poder naval, demonstrando, assim, que a relação direta entre população e extensão territorial poderia ser condicionante para a obtenção de bons resultados em empreitadas marítimas.

Como aponta Violante (2015), importa perceber que os países que se dedicaram ao comércio mundial desenvolveram, em paralelo, a Marinha e o Poder Naval consequente para proteger e garantir as atividades marítimas. Também foram aqueles países que realizaram sua revolução industrial mais rapidamente, o que possibilitou desenvolver suas indústrias, por meio de incentivos e proteção estatais, apesar de serem considerados Estados politicamente liberais, cujo apoio estatal não devesse ocorrer. Entretanto, essa proteção resultou essencial para o país, naquela ocasião. Sobre aquele apoio, cita-se a situação da indústria bélica, que pode ser enquadrada nesse exemplo.

Assim sendo, é fundamental para compreender a dinâmica geopolítica e suas influências sobre as políticas interna e externas dos Estados, quando a intenção é

manter a proeminência no entorno estratégico, projetar poder e manter a diplomacia marítima alinhada com os objetivos nacionais para promover a estabilidade e a integração regional.

4.1 PROJEÇÃO DE PODER

O poder vincula força e respeito. Demonstrar poder marítimo envolve a capacidade de um País para operar e influenciar decisões e atividades relacionadas com o mar.

Para Violante (2023), “a existência de um Poder Naval forte, composto principalmente por navios de linha, era fundamental. Assim, a proteção das linhas de comunicação marítimas (LCM), função primordial das marinhas de guerra, seria realizada por operações ofensivas”. As LCM seriam defendidas por meio de uma batalha decisiva que eliminaria a esquadra inimiga em uma batalha única. Nessa batalha, a esquadra de combate deveria ser empregada de forma concentrada numa única força e enviada para “buscar e destruir a esquadra inimiga” (Mahan, 1890).

É importante observar que, como apontado por Violante (2023), apesar das linhas de ação que sustentam a concepção de Mahan sobre as marinhas como instrumento político, não terem, atualmente, validade na política internacional, os elementos básicos do poder marítimo e o objetivo tático do controle do mar, possuem plena atualidade no quadro das ações de política externa de qualquer país.

Cabe salientar que qualquer projeção de poder de um Estado no cenário das nações soberanas requer, como apontado por Caminha (1980), naturalmente, a perfeita integração das perspectivas política e militar, aqui inserida a Marinha como instituição direcionada a essa função, numa perspectiva única para que essa integração, basicamente, seja pautada numa ajustagem realista de fins e meios para alcançar a projeção desejada.

Contudo, ainda como registrado por Violante (2023), ressalta-se que Mahan era um homem profundamente convicto da importância perene da guerra no mar, quaisquer que fossem as mudanças proporcionadas pelas técnicas ou viabilizadas pelas táticas. Nessas circunstâncias, considerou que: o poder marítimo era decisivo

na centralidade e grandeza dos países; o poder marítimo implicava possuir uma grande força naval, destinada a alcançar o comando do mar, impedindo outros países de interferir ou ameaçar o seu comércio; o comando do mar era alcançado pela concentração e emprego da esquadra de combate na batalha decisiva; a operação da esquadra de combate durante longos períodos, requeria a posse de bases navais em regiões estrategicamente relevantes (Violante, 2023).

Dessa forma, notadamente no que se refere à dissuasão para evitar ação de Estado adverso, projetar poder e manter o controle dos mares tornam-se essenciais para a prosperidade de uma nação. Como se observa, a teoria de Mahan continua a ser relevante na análise de conflitos regionais, destacando a importância do poder naval na projeção de influência e na proteção de interesses nacionais. Na era contemporânea, o poder naval não é apenas uma questão de superioridade militar, mas também uma ferramenta de política externa que pode moldar o equilíbrio de poder em regiões estratégicas ao redor do mundo. Na medida em que nações competem por recursos e influência, a aplicação dos princípios de Mahan oferece uma estrutura valiosa para entender a dinâmica do poder marítimo em conflitos regionais.

4.2 DIPLOMACIA MARÍTIMA

A diplomacia faz parte da defesa, assim como as Forças Armadas, entre tantas outras atividades e estruturas nacionais passíveis de serem mobilizadas para um esforço de uma nação em um conflito, como registrado em Brasil (Brasil, 2020). Em paralelo, assevera Torres (2015) que o Poder Militar do Estado é representado pelas FA, cujo propósito é garantir a defesa do território nacional, combater inimigos pelas fronteiras ultramarinas, espaço aéreo e em caso de combate em solo nacional. Além das suas obrigações de combate, as FA possuem o conjunto de condições sociais e tecnológicas que um Estado deve demonstrar como forma de defesa de sua soberania (Torres, 2015). Consequentemente, as FA são dispositivos acessíveis do Estado para alcançar fins políticos, militares e não-militares. Nesse contexto, Barbosa (2002) argumenta que a diplomacia e a defesa são serviços do Estado, que necessitam de alto nível de integração e de preparação constante, notadamente

quando ações de defesa são necessárias para a consecução dos interesses nacionais. Para o Brasil, essa assertiva também se aplica, pois é sobretudo na paz que as FA, principalmente a Marinha do Brasil, podem e devem ser um instrumento de política externa (Alsina Júnior, 2009), a fim de alcançar os objetivos nacionais brasileiros.

Entretanto, o emprego político das FA, em tempo de paz, na integração de ações entre a diplomacia e a defesa, dado o seu elevado potencial, ainda tem sido pouco explorado pelo Brasil. Exercer ação de presença por meio de forças navais, “mostrando a bandeira”, uma das vertentes mais conhecidas do fenômeno da diplomacia naval, é uma prática histórica e internacionalmente empregada pelos países e que não perdeu eficácia ao longo do tempo como instrumento de ação política e, especificamente, de política externa.

Apesar de se constatar que a diplomacia naval é tão antiga quanto a civilização, os grandes mestres e teóricos do pensamento marítimo apenas conseguem lidar parcialmente com sua complexidade (Till, 2013). De acordo com Wedin (2014), uma formulação teórica factível da diplomacia naval necessita passar pela compreensão de determinados componentes básicos, como: objetivos políticos a serem alcançados, os meios navais à disposição para este exercício de diplomacia e os métodos diplomáticos que serão empregados, bem como a dinâmica geopolítica da região alvo, para que essa estratégia seja empregada após alicerçado planejamento para elevar a representatividade do País e aumentar a influência desejada.

Nesse sentido, Patriota (2013) citado por Torres (2015) assinala que o Brasil é um dos poucos países a manter relações diplomáticas com todos os Estados-Membros da Organização das Nações Unidas (ONU). O Brasil atua de forma independente e autônoma, no entanto, valoriza espaços de diálogos multilaterais e governança global que permitam a participação democrática de todos os países interessados. Sendo uma infinita fonte de riqueza e possuindo um território diversificado, sua soberania e segurança são fatores de cuidado de sua política de defesa, dirigida pelo Ministério da Defesa em conjunto com as Forças Armadas. Mesmo acreditando e promovendo soluções diplomáticas e buscando caminhos de paz para si e demais países, o Brasil não pode prescindir da capacidade militar de

dissuasão e do preparo para defesa contra ameaças externas, principalmente na atualidade em que essas ameaças são cada vez mais complexas.

Da mesma forma, Torres (2015) contata que a ascensão ao protagonismo brasileiro pode ser caracterizada por sua face diplomática, estando entre um grupo resumido de países que mantêm relações diplomáticas com todos os Estados-Membros das Nações Unidas (ONU), e através da Marinha do Brasil, vem desempenhando missões de cooperação bilaterais, multilaterais e direcionadas pelas Missões de Paz da ONU.

Assim, a diplomacia marítima ganha notado espaço como componente crucial do poder marítimo e desempenha papel vital no fortalecimento da posição estratégica do Brasil em seu entorno regional. Ainda, enfrenta desafios, como as tensões geopolíticas globais e regionais, e a necessidade de modernizar suas forças navais para acompanhar as demandas contemporâneas. Com uma extensa costa atlântica e uma vasta Zona Econômica Exclusiva (ZEE), o Brasil possui interesses marítimos significativos que vão além da defesa e incluem a exploração econômica, a conservação ambiental e a promoção da paz e da segurança na região. A diplomacia marítima brasileira busca, portanto, integrar esses interesses em uma política externa coesa e eficaz, por meio da multilateralidade e da cooperação, permitindo que o país projete seu poder de forma pacífica e construtiva em seu entorno estratégico.

5 CONCLUSÃO

Mesmo sendo um País de proporções continentais, o Brasil jamais se afastará de sua condição precípua de ser uma Nação marítima por natureza. Para o Brasil, o mar foi o vetor que possibilitou o seu descobrimento, favoreceu sua independência e unificação e criou as bases para robustecer o comércio marítimo, fator imprescindível para o desenvolvimento do Estado brasileiro.

Nesse contexto, a pesquisa ora em curso teve o propósito de analisar o entorno estratégico brasileiro para demonstrar como alguns elementos, como capacidades militares e sistemas de controles e de vigilância, poderão contribuir

para estudos futuros que visem firmar ou ampliar aspectos relacionados à END, com possibilidade de emprego dual dessas capacidades para evitar contendas multifacetadas ou minimizá-las, corroborando, dessa forma, a capacidade de atuação do Poder Marítimo em atividades marítimas que convirjam para que o Brasil mantenha sua proeminência em seu entorno regional de atuação.

Constata-se, que a empreitada marítima motivou outras buscas, que fizeram surgir excedentes, que culminaram, em consequência posterior, no comércio marítimo. Observa-se, com isso, o papel crucial das rotas comerciais para a economia do Brasil e para a economia global, como também a importância dessas rotas para conectar regiões, países e continentes, facilitando o comércio internacional. Mostra-se, também, que a segurança do entorno estratégico é de vital importância para o Brasil, visto que a vasta costa atlântica, rica em mananciais naturais e repleta de rotas comerciais, exige proteção e segurança necessárias para a estabilidade, prosperidade e desenvolvimento do País.

Evidencia-se, nesse sentido, que o desenvolvimento da Marinha moderna é essencial para que o Brasil mantenha sua projeção e proeminência em seu entorno estratégico, considerando, nesse enfoque, que o tráfego e o comércio marítimos são vitais para o progresso do Estado. Ainda nesse contexto, demonstra-se que os desafios contemporâneos podem fornecer os vetores para a Marinha preparar a estratégia adequada para enfrentar ameaças futuras, convencionais ou assimétricas, e que o controle marítimo fornece a segurança e a proteção necessárias aos empreendimentos marítimos, evitando contendas multifacetadas em um cenário complexo, cuja ganância de grandes potências pode elevar o desejo de usurpar mananciais e territórios, além das fronteiras legalizadas.

Infere-se, assim, que é fundamental para o Estado que objetiva manter a proeminência em seu entorno estratégico projetar poder e manter a diplomacia marítima alinhada com os objetivos nacionais para promover a estabilidade e a integração nacional e regional. Na era contemporânea, a projeção de Poder Naval e a diplomacia marítima não são apenas uma questão de superioridade militar, mas também são ferramentas de política externa que podem moldar o equilíbrio de poder em regiões estratégicas ao redor do mundo.

Dessa forma, constata-se que a questão principal foi respondida, tendo em vista que, ao evidenciar o desenvolvimento de projetos para fortalecer a Marinha e suas capacidades militares e ampliar a capacitação dos membros, o Brasil intensifica o fortalecimento da Marinha e do Poder Naval, o que pode assegurar sua posição como Estado líder regional e pode contribuir para manter a estabilidade no Atlântico Sul. Por outro lado, observa-se que a teoria mahaniana pode impactar o Poder Marítimo na medida em que o Brasil, a seu turno, desenvolva um conjunto de medidas que incentivem o crescimento do setor marítimo e continue a projetar poder em seu entorno de localização, incentivando, em paralelo, os elementos do Poder Marítimo a se desenvolverem. A evolução do Poder Naval reflete mudanças na tecnologia, na política internacional e nas ameaças emergentes, reafirmando sua importância no mundo contemporâneo.

Em relação aos conflitos regionais, constata-se que a Teoria de Mahan continua a ser relevante na análise desses conflitos, destacando a importância do Poder Naval na projeção de poder e de influência e na proteção de interesse nacionais, aspectos defendidos e pacificados na Teoria do Poder Marítimo de Alfred Mahan, o “símbolo maior da estratégia marítima”.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; **SOUZA NETO**, Danilo Marcondes de. O Brasil e a segurança em seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul. Capítulo 9 – O Atlântico Sul e a cooperação em defesa entre o Brasil e a África. Organizadores: Reginaldo Mattar Nasser, Rodrigo Fracalossi de Moraes. Brasília-DF. IPEA, 2014.

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEL (ANP). Superintendência de Desenvolvimento e Produção. Boletim da Petrobrás Produção de Petróleo e Gás Natural: Circulação Externa, n. 130. Rio de Janeiro-RJ: ANP, jun 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins-np/bmp/2021/2021-06-bolrtim.pdf>. Acesso: 02jul2024.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. "O Poder Marítimo sob o ponto de vista estratégico entre 1540 e 1945: Uma comparação entre as concepções de Alfred Thayer Mahan (1840–1914) e Herbert William Richmond (1871-1946)". Tese (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro-RJ. 2009.

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. "O poder militar como instrumento de política externa brasileira contemporânea". Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília-DF, 2009.

BARBOSA, Afonso. "Visão Militar sobre a Inserção Internacional de Segurança do Brasil". In: BRIGAGÃO, Clovis; PROENÇA JÚNIOR, Domício (Org.). Brasil e o Mundo. Rio de Janeiro-RJ. Livraria Francisco Alves Editora, 2002.

BARONCINI, Ângelo. O valor do mar. Uma visão integrada dos recursos do oceano do Brasil. Organizadores: BEIRÃO, André Pano; MARQUES, Miguel; e RUSCHEL, Rogério Raupp. São Paulo-SP. Essencial Idea, 2020.

BRAGA, André Luiz. As novas tendências na condução do CNTM: Uma visão sobre a doutrina adotada pela AMAS. Revista da Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro-RJ, 2007.

BRASIL. Amazônia Azul: A última fronteira. Marinha do Brasil. Centro de Comunicação Social da Marinha. Márcia Stein Telemberg (coordenadora). Brasília-DF. CCSM, 2013.

BRASIL, Centro de Sinalização Náutica Almirante Moraes Rego (CAMR). Vessel Traffic Service – VTS. 2016.

BRASIL, Diretoria-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DRGM). Sistema VTS. 2018. Disponível em: www.dgrm.mm.gov.pt/sistema-vts. Acesso em 02 jul. 2024.

BRASIL, Escola de Guerra Naval (EGN) – Controle Naval do Tráfego Marítimo (EGN-491), Rio de Janeiro-RJ, 2007.

BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa, Brasília, D.F., 2012. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/ENDPNDa_Optimized.pdf. Acesso: 20 mar. 2024.

BRASIL. Fundamentos Doutrinários da Marinha (FDM). Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada, 1ª ed. Brasília-DF. EMA, 2023.

BRASIL. Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília, DF. 2012.

BRASIL. Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília, DF. 2020.

BRASIL. Política Nacional de Defesa, Brasília, D.F., 2012. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/ENDPND. Acesso: 20 jun. 2024.

BRASIL. Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040). Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada, Brasília-DF. EMA, 2020.

CAMINHA, João Carlos Gonçalves. História Marítima. Coleção General Benício, Biblioteca do Exército. 1980.

CAMINHA, João Carlos Gonçalves. “Delineamentos de Estratégia”. Fichamento. Santa Catarina-SC, IOESC, 1980.

CARVALHO, Josiane Rocha; **NUNES**, Raul Cavedon. A ZOOPACAS no contexto da Geopolítica do Atlântico Sul: História e desafios atuais. Revista Perspectiva, Porto Alegre-RS, v. 7, n. 13, p. 83 – 102, ago./set. 2013.

COSTA, André Luís Vassali. A importância do controle naval do tráfego marítimo para o transporte marítimo brasileiro frente às novas ameaças do atual cenário internacional. Monografia. Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores – Escola de Guerra Naval (EGN). Rio de Janeiro-RJ. 2009.

COSTA, Paulo Roberto Moliterno da. As Contribuições dos Grandes Pensadores para uma Estratégia Marítima Contemporânea: Alfred Mahan e a Ética. Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro-RJ, 2021.

CUNHA, Edmundo Augusto dos Reis Monteiro. SISTRAM: A evolução de um sistema de apoio ao SAR para uma ferramenta de C21. Revista Passadiço. Rio de Janeiro-RJ, 2006.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima; **MONTEIRO**, Álvaro Augusto Dias. O Papel do Brasil na Segurança Marítima do Atlântico Sul. Revista da Escola de Guerra Naval, v. 21, n. 2. Rio de Janeiro-RJ. EGN, 2015.

GUIMARÃES, Bruno Gomes. A Estratégia Geopolítica Brasileira para o Atlântico Sul. Tensões Mundiais. Fortaleza-CE. v. 12, n. 22, p. 259 – 293, 2016.

MACHADO, Roberto Loiola. O século XXI e as novas ameaças à segurança. Disponível em: https://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&task=view&id=1668&Itemid=147/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MAHAN, Alfred Thayer. The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783. New York.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. Quem tem medo de Geopolítica. São Paulo-SP: HUCITEC, EDUSP, 1999.

NOGUEIRA, Patrícia Azevedo. "A impotência do serviço de tráfego de embarcações para navegação em águas interiores". Revista Científica Semana Acadêmica ISSN 2236-6717. 2023.

OLCEN, Marcos Sampaio. Almirante de Esquadra, Comandante da Marinha. Ordem do Dia nº 4. BONO Especial nº 681/24. Assunto: Aniversário de Criação do Comando da Marinha. GCM, Brasília-DF. Disponível em: www.marinha.mil.br. Acesso em: 29 jul. 2024.

PATRIOTA, Antônio. Política Externa Brasileira – Discursos, artigos e entrevistas (2011-2012). Brasília-DF. FUNAG, 2013.

RUKS, Jessika Tessaro. A Geopolítica do Atlântico Sul: A Importância da ZOOPACAS para o Brasil. Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão de Território. p. 147 – 158. Rio de Janeiro-RJ. 2014.

SILVA, Antônio Ruiz de Almeida. O Brasil e a segurança em seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul. Parte 2, Capítulo 8. Organizadores: Reginaldo Mattar Nasser, Rodrigo Fracalossi de Moraes. Brasília-DF. IPEA, 2014.

TORRES, José Gilberto Quintero. A Diplomacia Naval: Um elo da política nacional de defesa como política do Brasil no século XXI. Belém-PA. Revista Dromo&RI, 2015.

TILL. Geoffrey. Como Fazer Crescer Uma Marinha. O desenvolvimento do poder Marítimo. Série: Política naval e história. Abingdon, Oxon, Nova York, Routledge, 2023.

TILL, Geoffrey. Como Fazer Crescer uma Marinha: O desenvolvimento do poder marítimo. Oxon. 2023. Série: Política naval e história. Disponível em: <https://lccn.loc.gov/2022012457> Registro de e-book. Acesso em: 16 abr. 2024.

TILL. Geoffrey. Poder Marítimo: questões relevantes e desafios. Revista da Escola de Guerra Naval (EGN), Rio de Janeiro-RJ, 2005.

TILL, Geoffrey. Poder Marítimo: questões relevantes e desafios. Revista da Escola de Guerra Naval (EGN), Rio de Janeiro-RJ, 2006.

TILL, Geoffrey. Seapower: A Guide for the Twenty-First Century. New York: Routledge. 2013.

VIANNA, Willy de Souza Delle. A importância da proteção das linhas de comunicações marítimas para a estratégia naval da China: um estudo sob o enfoque mahaniano da presença chinesa no Oceano Índico. Escola de Guerra Naval (EGN), Rio de Janeiro-RJ, 2016.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira et al. Amazônia Azul: O mar que nos pertence. Rio de Janeiro-RJ. Record, 2006.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. O Brasil na América do Sul – Uma Análise Político-Estratégica. Revista Marítima Brasileira. V. 128, nº 07, jul/set, 2008.

VIOLANTE, Alexandre Rocha. A Teoria do Poder Marítimo de Mahan: uma análise crítica à luz de outros contemporâneos. Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro-RJ, v. 21, n. 1, p. 233 – 260, jan/jun 2015.

VIOLANTE. Alexandre Rocha. Geografia Política e pensamento estratégico naval brasileiro nos estudos estratégicos: Revisitando conceitos de especialidade marinha. Revista Militar nº 2500. 2023.

WEDIN, Lars. Estratégias Marítimas no Século XXI: A Contribuição do Almirante Castex. 2014.

ZAMPIERI, Francisco. Elementi di Strategia Marittima. Roma: Edizione Nuova Cultura, 2020.